

ALBERTO, JOÃO

*militar; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; deleg. mil. SP 1930; interv. SP 1930-1931; ch. pol. DF 1932-1933; const. 1934; dir. ger. DFSP 1945.

João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife no dia 16 de junho de 1897, filho de Joaquim Cavalcanti Leal de Barros e de sua segunda esposa, Maria Carmelita Lins de Barros. Embora descendendo de tradicional família nordestina, seu pai recebia rendimentos como professor do Ginásio do Estado de Pernambuco que asseguravam apenas modestas condições de vida à sua numerosa família de 15 filhos, cinco dos quais do primeiro matrimônio.

João Alberto iniciou o curso primário na escola de Dona Amélia, no bairro de Caxangá, em Recife. Dois anos depois, foi expulso devido a um atrito com a professora, prosseguindo os estudos com o pai. Mais tarde ingressou no Ginásio Pernambucano e aos 15 anos matriculou-se na Escola Politécnica de Recife. Aos 18 anos foi obrigado a interromper o curso por motivo de doença, o que lhe permitiu obter apenas o título de engenheiro-geógrafo.

Já restabelecido da enfermidade, em 1918 alistou-se como praça no Quadro Suplementar do Exército e logo foi promovido a sargento e classificado no 34º Batalhão de Caçadores, na capital pernambucana. Em princípios de 1919 matriculou-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, da qual saiu aspirante da arma de artilharia em janeiro de 1922. Ainda nesse mês, apresentou-se ao 1º Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, sendo designado subalterno da 2ª Bateria, então comandada pelo capitão João Batista Mascarenhas de Moraes. Em abril do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente.

Em março de 1922, realizaram-se eleições para a sucessão de Eptácio Pessoa na presidência da República, disputadas por Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Este último, embora não contasse com o apoio dos militares, saiu vitorioso. No início de julho Eptácio Pessoa ordenou o fechamento do Clube Militar – que se opusera à candidatura e oferecia resistência à posse de Bernardes –, desencadeando inúmeros protestos no meio militar. João Alberto aderiu a essas manifestações no cassino do seu regimento e em seguida participou da preparação de um levante, deflagrado em 5 de julho de 1922 na Escola Militar, no forte de Copacabana e na Vila Militar, no Rio, e debelado no mesmo dia. Apesar de não ter participado da sublevação, ficou confinado durante cinco meses na fortaleza de Santa Cruz, onde entrou em contato com outros oficiais rebeldes, que, sob a liderança do tenente Juarez Távora, preparavam um novo movimento.

NA REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1924

Após sua libertação, João Alberto foi transferido para a guarnição de Alegrete (RS), travando conhecimento com outros oficiais engajados no movimento tenentista, entre os quais o capitão Luís Carlos Prestes, do Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS). Em junho de 1923 foi promovido a primeiro-tenente e ainda no mesmo ano se casou com Cândida Fortes. Logo em seguida partiu em viagem de núpcias para Recife e aí permaneceu durante seis meses. Ao retornar a Alegrete, encontrou-se no Rio com o capitão Joaquim

Távora, que o informou sobre os preparativos de um levante em São Paulo e lhe confiou algumas missões. O movimento, deflagrado em 5 de julho de 1924 sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, alcançou grandes proporções, com a ocupação da capital paulista pelos rebeldes durante três semanas. A ação conjunta das tropas federais e das forças policiais de Minas Gerais, São Paulo e do Rio Grande do Sul forçou o deslocamento dos revoltosos para o interior, mas as repercussões favoráveis da revolta nesse último estado fizeram com que, em 29 de outubro, fossem registrados levantes nas cidades fronteiriças de São Borja, Uruguaiana, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo.

Encarregado pelo chefe militar de Alegrete, também adepto da revolta, de simular o corte da ligação ferroviária com Uruguaiana, João Alberto para lá se dirigiu acompanhando um destacamento da Brigada Militar, de posições legalistas, comandado pelo tenente Larré. Com a chegada ao local de um reforço revolucionário, prendeu o tenente e desarmou seus policiais, propondo em seguida ao comandante do grupo rebelde que atacassem Alegrete, o que este recusou sob a alegação de que recebera ordens de aguardar o restante da tropa revolucionária, chefiada por Juarez Távora. Em 30 de outubro, após a chegada de reforços, João Alberto comandou uma unidade no ataque a Alegrete, repellido pela resistência local. Dirigiu-se então para as barrancas do rio Ibirocaí a fim de encontrar-se com o resto da tropa e rumar para Uruguaiana. Nessa cidade, os revoltosos receberam a adesão de civis liderados por Honório de Lemes, chefe local que se notabilizara na Revolução Gaúcha de 1923. Uma semana depois, ainda em território gaúcho, voltaram a Ibirocaí e deslocaram-se para Quaraí e Guaçuboi, onde sofreram um ataque das forças do general José Antônio Flores da Cunha. Conseguindo a custo conter a debandada de seus soldados, João Alberto deixou os feridos em Uruguaiana e seguiu para a Argentina.

De volta ao Brasil pouco tempo depois, dirigiu-se para São Borja, que se encontrava em poder dos revolucionários, e aí combinou com Prestes a concentração das forças revolucionárias na cidade de São Luís Gonzaga. Na mesma ocasião ficou encarregado de contatar o grupo comandado pelo capitão Aníbal Benévolo, que lutava contra as tropas legalistas em Itaquí, mas em meio à viagem recebeu a notícia da morte em combate do capitão e retornou a São Borja.

NA COLUNA PRESTES

João Alberto chegou a São Luís Gonzaga comandando um corpo de mais de duzentos homens e aí juntou-se às forças remanescentes da revolução, constituindo assim o contingente gaúcho composto de cerca de mil militares e mil civis praticamente desarmados que, em 27 de dezembro de 1924, iniciaram a marcha em direção ao norte para fazer a junção com as forças revolucionárias paulistas estacionadas em Catanduvas (PR). Prestes assumiu o comando geral da tropa sulista, dividida em três destacamentos entregues à chefia dos tenentes Mário Portela Fagundes, João Alberto e Antônio de Siqueira Campos. Em Tupanciretã (RS), os revolucionários receberam a adesão de cerca de cem voluntários mal armados e liderados pelo coronel Nestor Veríssimo. Depois de travar combate com as tropas legalistas concentradas na cidade, foram obrigados a recuar até Carazinho, onde receberam de um emissário do general Isidoro a orientação de rumar para Foz do Iguaçu (PR) a fim de encontrar os paulistas.

Deixando Nestor Veríssimo no comando do seu destacamento, João Alberto juntou-se a Prestes para ajudar a penosa ocupação de Boqueirão da Ramada, ponto obrigatório de passagem para o norte, onde os revolucionários tiveram 50 mortos e cem feridos. Outros cem combatentes desertaram quando a tropa chegou a Barracão, na fronteira com a Argentina e última cidade gaúcha do trajeto. João Alberto e Siqueira Campos assumiram o comando da vanguarda no deslocamento para Porto Feliz e Clevelândia, no Paraná, enquanto o tenente Osvaldo Cordeiro de Farias chefiava a retaguarda.

Uma parte do contingente gaúcho já havia atravessado o rio Iguaçu quando chegou a notícia de que os paulistas, atacados pelas tropas legalistas do general Cândido Rondon, haviam abandonado em 30 de março de 1925 a região de Catanduvas. A travessia foi acelerada, e o destacamento de João Alberto prosseguiu em marcha forçada para a cidade de Benjamim Constant (PR), enquanto Prestes rumava em direção a Santa Helena, às margens do rio Paraná, onde ocorreu o primeiro encontro entre gaúchos e paulistas. Em reunião realizada no dia 12 de abril de 1925, Isidoro Dias Lopes apresentou um relato pessimista sobre as condições político-militares de prosseguimento da luta e sugeriu que tomassem o rumo do exílio, mas foi contestado por Prestes e pelo major paulista Miguel Costa, defensores de uma estratégia de guerra de movimento. Esse ponto de vista prevaleceu, levando à formação da 1ª Divisão Revolucionária, que nos anos seguintes percorreria grandes extensões do território nacional e ficaria conhecida como Coluna Prestes. Isidoro, então com 60 anos, foi enviado para a Argentina por ser muito idoso para o tipo de luta que se desenvolveria.

Na reorganização das forças rebeldes, as tropas gaúchas e paulistas formaram inicialmente duas brigadas independentes e todos os oficiais receberam novas patentes, de acordo com suas funções na Coluna. Miguel Costa, comandante-geral, foi promovido a general, Prestes passou a coronel e continuou à frente da Brigada Rio Grande, composta por cerca de oitocentos homens divididos em quatro destacamentos sob a chefia dos tenentes-coronéis João Alberto, Cordeiro de Farias e Siqueira Campos, e do capitão Ari Salgado Freire.

O destacamento João Alberto foi colocado na vanguarda da tropa revolucionária, que atravessou um trecho do território paraguaio e reingressou no Brasil em 30 de abril de 1925 através do rio Iguatemi, ao sul de Mato Grosso. Depois de um combate com o 2º Batalhão de Caçadores (2º BC) em Pranchita, a Coluna se reagrupou em Ponta Porã (MS), abandonada pelas forças legalistas em pânico. Miguel Costa pretendia travar um combate decisivo com o inimigo, mas sua proposta encontrou forte oposição de Prestes, que alegava inferioridade de forças. Acabou prevalecendo este último ponto de vista e, pouco depois, a cadeia de comando e a estrutura operacional da Coluna foram reestruturadas, com a indicação de Prestes para a chefia do estado-maior, a desativação das duas brigadas e a formação de quatro novos destacamentos comandados por João Alberto, Cordeiro de Farias, Siqueira Campos e Djalma Dutra.

O contingente chefiado por João Alberto sofreu um revés em 10 de maio de 1925, mas conseguiu bater em retirada e reincorporar-se à Coluna, que se deslocava para Goiás perseguida pelas tropas do major Bertoldo Klinger. Nesse estado, o destacamento João Alberto teve importante participação na luta travada em Anápolis, decisiva para dispersar as forças legalistas e permitir à Coluna penetrar no sertão livre de perseguições imediatas.

Entre agosto e dezembro, os revolucionários percorreram, sucessivamente, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, onde João Alberto chegou a flanquear com seus homens a margem esquerda do rio Parnaíba para cercar Teresina. Entretanto, diante da enorme concentração de tropas governistas nessa cidade, o comando revolucionário decidiu suspender a manobra e iniciar a marcha em direção ao Ceará, onde a Coluna foi obrigada a enfrentar os jagunços de Floro Bartolomeu e do padre Cícero Romão Batista.

Atravessando o Rio Grande do Norte e a Paraíba, a Coluna chegou a Pernambuco no dia 12 de fevereiro de 1926, pretendendo atacar Recife e receber adesões de unidades militares ali sediadas. O fracasso do levante chefiado pelo tenente Cleto Campelo provocou uma mudança de planos, com a continuação do deslocamento pelo interior. João Alberto participou nessa época de diversos combates contra tropas da polícia estadual, chefiada por seu antigo comandante, o coronel João Nunes. Depois de atravessar novamente a Bahia e penetrar em Minas Gerais, os revolucionários foram forçados a retornar em direção ao Nordeste, já bastante desgastados pelo longo tempo de marchas e combates. O estado geral dos equipamentos também era bastante precário, limitando a capacidade operacional da tropa, então reduzida a oitocentos combatentes. Chegando a Formosa (BA), a Coluna tomou o rumo de Goiás, e, depois, Mato Grosso, já com a perspectiva de uma possível emigração, concretizada em 3 de fevereiro de 1927.

ATUAÇÃO CLANDESTINA NO BRASIL

A maior parte da Coluna acompanhou Prestes e se fixou na cidade boliviana de La Gaíba, passando a trabalhar na grande empresa colonizadora Bolívia Concessions Ltda., ali sediada. João Alberto, Miguel Costa e Cordeiro de Farias iniciaram em seguida uma penosa viagem através de Santa Cruz de la Sierra em direção à cidade argentina de Paso de los Libres, para discutir com Isidoro Dias Lopes e outros exilados os desdobramentos possíveis da atividade revolucionária.

Durante a permanência em Libres, João Alberto recebeu a visita de sua mulher Cândida e de seu filho Cláudio, e foi contatado também por Siqueira Campos, recém-chegado do Paraguai e disposto a incorporar-se ao trabalho de reorganização dos emigrados. Entretanto, os resultados dessa atividade foram decepcionantes, levando ambos a resolver, com o apoio de Prestes, voltar clandestinamente ao Brasil e “recomeçar a conspiração com gente nova, sobre quem a auréola de homem da Coluna tivesse influência”.

No Rio de Janeiro, estabeleceram contatos com o tenente Juraci Magalhães e outros jovens oficiais simpáticos à luta revolucionária, mas logo constataram a impossibilidade de organização de um novo levante. João Alberto resolveu então se afastar temporariamente do trabalho conspiratório e, com a falsa identidade de Néelson de Castro, viajou para Recife a fim de visitar a família. A convite de Carlos de Lima Cavalcanti, usineiro e proprietário do jornal oposicionista *Folha da Manhã*, fixou residência em Pernambuco, mandou buscar no Rio Grande do Sul sua mulher e seu filho e passou a trabalhar na usina Pedrosa. Com a descoberta de sua identidade em março de 1928, foi obrigado a viajar para o Rio de Janeiro e, em seguida, para o Rio Grande do Sul, acompanhado da mulher em adiantado estado de gravidez. Depois de vários sobressaltos, deixou a família em Alegrete (RS) e conseguiu sair do país, dirigindo-se a Buenos Aires para encontrar Prestes. Duas semanas depois, recebeu

a notícia do nascimento de sua filha e resolveu retornar ao país para visitá-la e, em seguida, procurar Siqueira Campos e Juarez Távora no Rio de Janeiro, onde estes tentavam articular um novo movimento que contava com o apoio do capitão Carlos da Costa Leite e tinha como quartel-general a casa de saúde de Pedro Ernesto Batista. Pouco depois, o grupo percebeu a inviabilidade do projeto e resolveu aguardar a sucessão presidencial de 1930, prevendo para essa época um aguçamento da crise política nacional.

João Alberto retomou a profissão de engenheiro e, novamente com falsa identidade, conseguiu trabalho na construção de rodovias no interior do Paraná. Mudou-se então com a família para Jaguariaíva, pequena cidade próxima à fronteira com São Paulo, onde permaneceu até receber um chamado urgente de Prestes para viajar a Porto Alegre. A campanha presidencial já estava em curso, polarizada entre as candidaturas do paulista Júlio Prestes, situacionista, e do gaúcho Getúlio Vargas, representante da coligação oposicionista Aliança Liberal. Alguns líderes dessa articulação estavam estabelecendo contatos com os exilados e jovens oficiais das forças armadas para preparar uma alternativa revolucionária de tomada de poder caso as expectativas eleitorais fossem frustradas. Depois de discutir esse projeto com Osvaldo Aranha e outros políticos aliancistas em Porto Alegre, João Alberto prosseguiu viagem até Buenos Aires a fim de encontrar-se com Prestes, que, ao contrário da maioria dos seus companheiros, considerava a Aliança Liberal uma frente limitada às classes dominantes e, portanto, incapaz de realizar uma revolução agrária e antiimperialista. Mesmo assim, João Alberto, Siqueira Campos e outros “tenentes” se integraram na preparação do movimento no Rio Grande do Sul junto com Newton Estillac Leal, Herculino Cascardo, Augusto Amaral Peixoto, os irmãos Néelson e Alcides Etchegoyen e outros. Sua atividade foi intensificada depois da vitória do candidato situacionista no pleito de 3 de março de 1930.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

Nos primeiros dias de maio, os antigos líderes da Coluna reuniram-se na capital argentina e tomaram conhecimento da intenção de Prestes de lançar um manifesto rompendo com a Aliança Liberal e conclamando o povo à luta por uma verdadeira revolução. João Alberto e Siqueira Campos convenceram-no a esperar mais um mês antes de tomar essa iniciativa e obtiveram a adesão do até então indeciso Miguel Costa, que aceitou manter sigilo sobre a reunião e combinou sua volta ao Brasil para ajudar a articulação revolucionária. Os dois “tenentes” partiram então em um avião monomotor rumo a Porto Alegre, mas a viagem não chegou ao fim, pois uma pane precipitou o aparelho no rio da Prata. Os dois tripulantes conseguiram mergulhar na água, mas, segundo o relato de João Alberto, “mal havia recuperado a calma (talvez decorridos uns dez minutos de nado), ouvi, perto de mim, o grito angustiante de Siqueira: ‘Espera, João!’ Voltei-me ainda em tempo de ver, a um metro de mim, ser tragado por uma onda”.

João Alberto conseguiu nadar até uma praia uruguaia, enquanto o corpo de Siqueira Campos só foi encontrado dias mais tarde. Em fins de maio, João Alberto rompeu definitivamente com Prestes, que lançara pouco antes seu manifesto, e, em seguida, criticou duramente a indecisão das lideranças aliancistas, que se negavam a deflagrar o movimento apesar da conjuntura propícia decorrente da crise econômica em curso. Irritado, retirou-se

para Buenos Aires, declarando que só voltaria a Porto Alegre quando todos estivessem preparados para a luta. A evolução da conjuntura política brasileira favoreceu o projeto revolucionário. Com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, os ânimos se acirraram, e com a adesão do presidente eleito de Minas, Olegário Maciel, cuja posse estava marcada para o dia 7 de setembro, as condições materiais para a deflagração do levante se fortaleceram. Chamado de volta a Porto Alegre por Osvaldo Aranha e Maurício Cardoso, João Alberto passou a integrar o grupo de comando da revolução, composto também por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Virgílio de Melo Franco, Newton Estillac Leal, os irmãos Etchegoyen, Augusto Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Pinheiro de Andrade, Cícero Góis Monteiro, Ricardo Holl, Adalberto Correia e Luís Aranha.

Oficiais revolucionários e elementos civis dividiram então entre si as responsabilidades no levante, iniciado pela Brigada Militar gaúcha em 3 de outubro de 1930, data combinada com as forças de Minas Gerais e da Paraíba comprometidas com a revolta. Coube a João Alberto comandar o ataque aos dois batalhões de infantaria e ao esquadrão de cavalaria sediados no morro do Menino Deus e guardiães de um imenso paiol, a única grande reserva de munição existente no estado. Contando com o apoio do capitão Argolo, do tenente Setembrino Palma e de outros oficiais que serviam nessas unidades, os revolucionários obtiveram êxito em pouco tempo, permitindo que João Alberto se apresentasse no mesmo dia ao chefe da revolução, Getúlio Vargas, no palácio do governo. O Rio Grande do Sul foi completamente dominado em 24 horas e, com a vitória do movimento também em Minas e na Paraíba, os revolucionários passaram a contar com importantes bases para a operação de suas colunas. Os destacamentos gaúchos comandados por Miguel Costa invadiram e controlaram rapidamente Santa Catarina e, em seguida, o Paraná, avançando em direção a São Paulo, principal foco de resistência das tropas legalistas. Por ordem de Góis Monteiro, João Alberto acompanhou a retaguarda desse deslocamento, partindo no dia 5 de outubro num trem especial com cem homens, aos quais se somaram em Tupanciretã ex-combatentes da Coluna Prestes chefiados por Nestor Veríssimo. Ao chegar a Curitiba, foi informado de que Miguel Costa se aproximara da fronteira com São Paulo, Alcides Etchegoyen obtivera uma importante vitória contra tropas federais no norte do Paraná e Vargas viajara para Ponta Grossa (PR), onde instalaria o novo quartel-general revolucionário. A principal concentração de forças legalistas estava na cidade paulista de Itararé, ponto necessário de passagem para o destacamento de Miguel Costa.

A situação militar evoluía de forma claramente favorável aos rebeldes em todas as frentes de luta. Nesse contexto, oficiais de alta patente lotados no Distrito Federal articulavam um golpe militar contra o governo, finalmente deflagrado no dia 24 de outubro, com êxito. O presidente Washington Luís foi substituído por uma junta militar, o que, no entanto, não solucionou imediatamente a questão do poder, pois os novos governantes não se comprometeram claramente com a posse de Getúlio Vargas, reivindicada pelos revolucionários. Além disso, a junta escolheu militares para exercer provisoriamente os governos estaduais, cabendo ao comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), general Hastínfilo de Moura, a chefia do Executivo paulista. Seu governo foi efêmero. Na noite do dia 24, as forças legalistas estacionadas em Itararé renderam-se às tropas de Miguel Costa, e representantes do Partido Democrático (PD) de São Paulo, principal base de apoio da

revolução no estado, começaram a discutir com Vargas, ainda em Ponta Grossa, a nomeação de Francisco Morato para o cargo de interventor e a formação de um secretariado composto por “grandes nomes paulistas”. Essa proposta do PD encontrava forte oposição entre os setores tenentistas, levando Vargas a deixar a questão em aberto. Começava assim a prolongada crise política em São Paulo.

NA INTERVENTORIA PAULISTA

Na condição de representante de Vargas, João Alberto integrou o grupo de líderes revolucionários enviado à capital paulista para preparar a chegada posterior do chefe da revolução e buscar uma solução para o problema da reorganização do poder estadual. Vargas partiu de Ponta Grossa no dia 25 e, durante a viagem, recebeu a visita de Francisco Morato que, apesar da ferrenha oposição de João Alberto e de Miguel Costa, estava confiante em sua nomeação para a interventoria. Em meio a um vazio de poder – pois Hastínfilo de Moura já abandonara seu cargo – a comitiva foi festivamente recebida na capital paulista no dia 28 de outubro. As diversas correntes integrantes do movimento vitorioso chegaram em seguida a um acordo, estabelecendo que, provisoriamente, o Executivo paulista permaneceria sem chefe, cabendo a José Maria Whitaker coordenar o secretariado (responsável pelos negócios correntes do governo), enquanto João Alberto ficaria como delegado militar da revolução no estado. Pretendendo manter o diálogo com o PD, Vargas convidou Morato para o Ministério da Fazenda de seu futuro governo, mas este não aceitou, ainda seguro de sua indicação para a interventoria paulista.

Vargas partiu em seguida para o Rio de Janeiro, onde, depois de superadas as resistências iniciais da junta militar, tomou posse em 3 de novembro à frente do governo provisório. Nesse mesmo dia, Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista, passando a deter, junto com João Alberto, o controle das decisões relativas à ordem pública e à segurança no estado, fator de permanente conflito entre as lideranças tenentistas e as forças políticas tradicionais de São Paulo. No dia 6, Plínio Barreto, homem de confiança do PD, substituiu Whitaker na chefia do secretariado paulista, mas a influência de João Alberto se fortaleceu através da nomeação de muitos militares ligados a ele para diversos órgãos de administração estadual. Seu prestígio também cresceu junto às classes média e operária, duramente atingidas pela crise econômica em curso.

João Alberto autorizou o funcionamento legal do Partido Comunista Brasileiro – então Partido Comunista do Brasil (PCB) – e a criação da Sociedade dos Amigos da Rússia; ameaçou confiscar as fábricas que não cumprissem as primeiras medidas sociais decretadas pelo novo governo (aumento salarial de 5% e redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas); e, junto com Miguel Costa e coronel João Mendonça Lima, fundou em 13 de novembro a Legião Revolucionária, voltada para garantir a realização das reformas reivindicadas pelos “tenentes”, de modo a evitar que a revolução representasse apenas “uma derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições”. Seu decreto de 14 de novembro de 1930, permitindo ao governo paulista aposentar e nomear livremente os juízes estaduais, provocou a intensificação dos protestos do PD que temia o crescimento do poder do delegado militar. Considerando-se ultrapassado pelos acontecimentos, Plínio Barreto renunciou a seu cargo em 25 de novembro, sendo

acompanhado por todo o secretariado. Vargas nomeou então João Alberto para o cargo de interventor federal no estado e, depois de algumas negociações, a renúncia coletiva dos secretários foi provisoriamente suspensa. Mesmo assim, as divergências se aprofundaram com rapidez. Acusado pelo interventor de usar seu cargo para fazer política partidária contrária ao espírito da revolução, Vicente Rao, membro do PD, foi demitido da chefia da Polícia, provocando um novo pedido de demissão – desta vez concretizado – de todos os secretários. No dia 4 de dezembro, João Alberto divulgou a composição de seu novo governo, criando inclusive uma nova secretaria, a de Segurança Pública, confiada a Miguel Costa, que acumulou o novo cargo com o comando da Força Pública. Para as outras funções de primeiro escalão foram chamados Marcos de Sousa Dantas (Secretaria da Fazenda), Artur Neiva (Interior), Florivaldo Linhares (Justiça), Edmundo Navarro de Andrade (Agricultura) e Alberto Coutinho (Viação), enquanto Luís de Anhaia Melo passava a ocupar a prefeitura da capital.

Além dos conflitos políticos, o estado enfrentava uma grave crise econômica e social. A lavoura cafeeira, com seus estoques invendáveis, exigia maiores medidas de amparo à sua atividade; a indústria reduzia seu ritmo de produção; as mobilizações operárias assustavam as elites tradicionais. O início do governo de João Alberto coincidiu com uma greve operária em diversos setores, o que motivou uma enérgica proclamação sua, contrária à continuação do movimento e a qualquer agitação social. O PD ainda procurou estabelecer um entendimento com o novo interventor, divulgando nota nesse sentido em 8 de dezembro. Três dias depois, João Alberto declarou à imprensa que aceitaria de bom grado essa colaboração e aproveitaria os quadros do partido na administração estadual. Mas as demonstrações de boa vontade não foram suficientes para impedir o agravamento da crise. A Comissão de Organização Municipal, formada por João Alberto, continuou substituindo prefeitos vinculados às forças políticas tradicionais, enquanto a Delegacia de Ordem Política e Social, também recém-criada, intensificava a censura e a vigilância sobre as atividades políticas no estado – agravando assim dois importantes focos de tensão. No plano nacional, as posições do PD e de João Alberto também eram conflitantes. O primeiro defendia a imediata reconstitucionalização do país, e o interventor era partidário de uma maior centralização de poderes, participando inclusive do chamado “Gabinete Negro”, grupo de líderes da Revolução de 1930 que continuava a se reunir periodicamente com Vargas no palácio do Catete para discutir a situação nacional. Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, José Fernandes Leite de Castro, Ari Parreiras, José Américo de Almeida e Juarez Távora também integravam o grupo, que liderou em janeiro de 1931 a formação do Clube 3 de Outubro, organização tenentista de âmbito nacional defensora de um ponto de vista centralizador e anticonstitucionalista.

Em São Paulo, o crescimento da Legião Revolucionária junto à classe média, à oficialidade militar e a setores do operariado acirrou a tensão existente entre essa organização e as forças políticas tradicionais, especialmente o PD e o Partido Republicano Paulista (PRP). Esse conflito evoluiu para uma ruptura, configurada em 24 de março de 1931, com a elaboração do manifesto em que o PD acusava João Alberto de manter no governo “elementos inconvenientes à tranquilidade geral”, perseguir “ilustres paulistas” e estimular as atividades da Legião Revolucionária. O documento defendeu ainda a formação de uma

frente única em São Paulo para lutar pela convocação de uma assembleia nacional constituinte e pela devolução da autonomia estadual. A pedido de Vargas, o manifesto não foi divulgado imediatamente, vindo a público apenas no dia 7 de abril, depois de uma ofensiva de repressão que levou Vicente Rao e outros líderes do PD à cadeia e provocou a invasão das sedes do partido e do seu jornal, o *Diário Nacional*. Em protesto contra a política aplicada por João Alberto e Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes pediu demissão do comando da 2ª RM dois dias depois, mas não foi atendido.

Hostilizado pelas forças paulistas tradicionais, João Alberto viajou ao Rio de Janeiro e, em seguida, a Petrópolis (RJ), onde se reuniu com Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. No dia 16 de abril, foi divulgado um sucinto comunicado oficial: “O Governo Provisório decidiu definitivamente manter em absoluto o *status quo* em São Paulo”. Descontentes, oficiais da Força Pública e membros do PD articularam um levante contra o interventor e o secretário de Segurança. Deflagrado em 28 de abril de 1931 o movimento foi rapidamente sufocado com a prisão de mais de duzentos revoltosos e a posterior transferência de vários oficiais do Exército para outras regiões do país, inclusive o general Isidoro Dias Lopes, substituído pelo general Góis Monteiro no comando da 2ª RM.

O crescimento da Legião Revolucionária causava atritos com diferentes grupos políticos e setores sociais. Acusada de comunista por seus adversários conservadores e de demagógica por Luís Carlos Prestes (ainda exilado no Uruguai e já adepto do marxismo), essa organização era alvo também de desconfiança dos setores mais organizados da classe operária, que não aceitavam o enquadramento da estrutura sindical conforme os planos oficiais. O próprio João Alberto passou a temer o crescimento da influência de Miguel Costa e o poder paralelo representado pela Legião, que conseguiu inclusive colocar obstáculos à sua política de aproximação com os produtores de café. Em meados de 1931, Miguel Costa viajou para o Rio a fim de solicitar o afastamento de João Alberto, que, sentindo-se isolado, pediu demissão no dia 24 de julho. Entre as principais realizações do seu governo no terreno da reorganização administrativa destacaram-se a criação de novos órgãos vinculados à Secretaria de Agricultura, do Conselho Consultivo Econômico, da Diretoria de Colonização, do Conselho de Educação e da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais; a reforma da Escola Normal, do Serviço Sanitário do Estado e do Departamento de Trabalho Industrial, Comercial e Doméstico; e a alteração da legislação tributária do estado.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

Mesmo afastado da interventoria, João Alberto continuou a interferir na situação de São Paulo, marcada pelo agravamento do conflito entre elementos tenentistas e as forças políticas tradicionais, agora representadas no governo de Laudo de Camargo, próximo do PD e empossado em 25 de julho. Além disso, procurou tornar-se intermediário entre as reivindicações dos plantadores de café e o governo federal, sendo saudado no Congresso de Lavradores, reunidos em agosto de 1931, como o “patrono da lavoura paulista”.

Depois de uma série de conflitos, a situação em São Paulo tornou-se mais tensa com a anistia decretada por Laudo de Camargo para diversos políticos comprometidos com a situação anterior à Revolução de 1930 e a nomeação de juízes afastados de seus cargos por

motivos políticos. O governo federal forçou a demissão desses juízes e, pouco depois, enviou João Alberto e Miguel Costa para intimarem Numa de Oliveira, secretário da Fazenda, a depor em juízo sobre as acusações de corrupção que existiam contra ele. Do ponto de vista do ex-interventor, esse episódio significava também uma reafirmação de sua posição favorável aos cafeicultores, hostis ao secretário da Fazenda, que se negara pouco antes a suspender suas dívidas com o banco do estado. João Alberto chegou a escrever um relatório a Vargas, datado de 4 de novembro de 1931, descrevendo a situação crítica da lavoura cafeeira e solicitando maior assistência do governo federal para o setor. Considerando essas medidas uma violência contra seu governo, Laudo de Camargo pediu demissão em 13 de novembro de 1931, sendo acompanhado pelo ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, que se afastou três dias depois.

João Alberto e Miguel Costa viajaram então para o Rio a fim de influenciar a escolha do novo interventor. Depois de uma série de reuniões no palácio do Catete, obtiveram êxito com a nomeação do coronel Manuel Rabelo, simpático ao tenentismo, o que levou as forças paulistas tradicionais de volta à oposição, radicalizando suas posições. Em 13 de janeiro de 1932 o PD lançou manifesto rompendo com o governo federal e conclamando a população à luta pela imediata constitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Pouco depois, o PRP fez o mesmo, iniciando o processo de união dos dois grandes partidos locais que resultou na formação da Frente Única Paulista (FUP) em 16 de fevereiro seguinte. Entrevistado pelo jornal *A Noite* três dias depois, João Alberto declarou, em nome do Clube 3 de Outubro, que a luta pela reconstitucionalização era encabeçada por elementos que pretendiam destruir a revolução, mas que, mesmo assim, os “tenentes” não afastavam a hipótese de “aceitar esse desafio”, transformar o clube em partido político e disputar o poder por meios legais.

A intensificação das manifestações populares promovidas pela FUP e a simpatia despertada no Rio Grande do Sul e em Minas pelas reivindicações paulistas levaram Vargas a preparar um estudo para a constitucionalização do país, que resultou no código eleitoral decretado em 22 de fevereiro de 1932. Ao mesmo tempo, contrariando João Alberto e Miguel Costa, o chefe do governo provisório começou a preparar a substituição de Manuel Rabelo por Pedro de Toledo, paulista, civil e próximo do PRP. Toledo foi empossado em 7 de março, quando João Alberto se encontrava no Rio participando de uma reunião do Partido Autonomista do Distrito Federal, criado para defender na futura constituinte a eleição direta do prefeito e a formação de um corpo legislativo na capital semelhante aos congressos estaduais. Junto com Pedro Ernesto, Edgar Romero, Ernesto Pereira Carneiro e Luís Aranha, João Alberto foi indicado para integrar a comissão executiva desse partido e, permanecendo no Rio, foi nomeado por Vargas em 15 de abril chefe de Polícia do Distrito Federal. Nesse cargo, criou a Polícia Especial, destinada a reprimir distúrbios de rua, prendeu diversos políticos acusados de conspirar contra o governo e se manteve atento à evolução da situação paulista, que se tornou crítica a partir da formação, em 23 de maio, de um secretariado composto exclusivamente por membros da FUP. No dia seguinte, Miguel Costa foi reformado e afastado do comando da Força Pública, enquanto Góis Monteiro, pressionado, deixava o comando da 2ª RM, levando João Alberto a defender a nomeação do coronel Manuel Rabelo para este último posto, a fim de promover a dissolução do governo

de Pedro de Toledo e a prisão dos líderes da FUP.

A situação de São Paulo se radicalizou de tal modo que não foi possível ao governo federal evitar a deflagração da Revolução Constitucionalista em 9 de julho, dando início a uma guerra civil de grandes proporções. No começo das operações, o comandante das tropas legalistas na frente de batalha, general Góis Monteiro, combinou com João Alberto a adoção de medidas preventivas de segurança na retaguarda, para evitar que as incipientes manifestações públicas de simpatia aos rebeldes no Distrito Federal estimulassem generais descontentes a repetir contra Vargas a atitude adotada contra Washington Luís em 1930. Pouco depois, João Alberto foi substituído interinamente pelo capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, que ocupou o cargo durante todo o período de guerra civil, encerrada em 2 de outubro com a derrota paulista.

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

Depois da vitória sobre a Revolução Constitucionalista, Vargas nomeou o general Valdomiro Lima para a interventoria em São Paulo, com a missão de pacificar o estado e promover a conciliação entre o governo federal e as forças derrotadas. Segundo carta de José Carlos de Macedo Soares a Vargas, a interferência de João Alberto representava um obstáculo ao trabalho de normalização, pois este insistia em adotar uma posição repressiva, chegando a apresentar ao novo interventor listas de proscricções. Macedo Soares passou a acusá-lo de “cigano, ambicioso e aventureiro”, afirmando que sua influência continuava viva no estado graças ao “Instituto do Café com seus formidáveis recursos de dinheiro; ao Departamento das Prefeituras com seus enormes recursos políticos; à Chefatura de Polícia com seus terríveis recursos de violência”.

Apesar da derrota militar dos constitucionalistas, o tenentismo não conseguiu se recuperar no estado durante a interventoria do general Valdomiro Lima, enquanto no plano nacional Vargas confirmava as eleições constituintes para maio de 1933, atendendo assim a uma reivindicação dos paulistas derrotados. O Clube 3 de Outubro, organização tenentista mais significativa naquele momento, criticou a medida, considerada um “triunfo das velhas máquinas ou mesmo das máquinas novas, construídas de peças velhas e pela mesma técnica”. A restauração integral da hierarquia militar e o declínio das organizações tenentistas ficaram evidenciados durante o Congresso Revolucionário realizado entre 16 e 25 de novembro de 1932, ocasião em que os setores mais radicais dos “tenentes” não tiveram o menor espaço. João Alberto participou do encontro, que resultou na fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo programa enfatizava a necessidade de sobrepor os interesses nacionais aos regionais. No início de 1933, João Alberto e Juarez Távora tentaram dotar os agrupamentos políticos de tendência tenentista de uma plataforma única em nível nacional, tendo em vista as eleições constituintes. Com esse objetivo, articularam a União Cívica Nacional, oficialmente fundada em 24 de março de 1933, e tentaram, sem êxito, atrair o PSB para esse projeto.

João Alberto retornou à chefia da Polícia do Distrito Federal por um curto período no início de 1933. Ajudou então a fundar o jornal *A Nação*, destinado a apoiar o governo Vargas e dirigido à classe média. Segundo Francisco de Assis Barbosa, os fundos mobilizados para o empreendimento tiveram origem, entre outras fontes, no “jogo do bicho” e em uma verba

secreta especialmente destinada a apoiar a propaganda do governo nos meios de comunicação. João Alberto deixou a chefia de Polícia em abril de 1933 para concorrer no mês seguinte à Assembleia Nacional Constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Social Democrático (PSD) local. Eleito, participou das sessões preparatórias em que foram examinados os diplomas dos deputados e foi realizada a eleição do presidente da Assembleia, cabendo ao mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada a maioria absoluta dos votos. João Alberto absteve-se de votar, mas, mesmo assim, recebeu oito votos para o cargo em disputa.

Com o início dos trabalhos constituintes em 15 de novembro de 1933, o general Góis Monteiro organizou diversas reuniões entre os militares que haviam sido eleitos, para aumentar sua força na Assembleia através da defesa de uma plataforma comum. João Alberto participou desses encontros, cujos debates giraram principalmente em torno de três pontos, relacionados com o capítulo sobre a defesa nacional: o papel do Conselho Supremo de Defesa Nacional, o critério de promoções militares e a manutenção ou não das forças estaduais. Sobre o primeiro ponto, houve consenso em torno de que o conselho deveria ser um órgão político, sem intromissão na atividade normal das forças armadas. Sobre os dois outros assuntos, no entanto, houve divergências. Góis Monteiro defendia a preponderância do critério de merecimento sobre o de antiguidade nas promoções, mas sua posição foi contestada por possibilitar uma maior intromissão da política na vida militar. Augusto Amaral Peixoto, por sua vez, defendia a extinção das forças estaduais, enquanto Góis Monteiro e outros eram favoráveis à sua manutenção em nome da redução dos encargos da União.

O início dos trabalhos constituintes coincidiu com uma crise política em Minas Gerais, onde Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema disputavam a nomeação para a interventoria, vaga desde setembro com a morte de Olegário Maciel. João Alberto defendeu o primeiro pretendente, identificado com posições tenentistas, mas o episódio terminou com a surpreendente nomeação do obscuro deputado Benedito Valadares, empossado em 15 de dezembro de 1933.

Com o atraso ocorrido no cronograma da Assembleia Constituinte, parlamentares governistas apresentaram a proposta de inversão na ordem originariamente prevista para os trabalhos, de modo que a eleição do presidente da República precedesse a promulgação da nova Constituição. João Alberto discursou nessa ocasião, afirmando que, apesar de apoiar a eleição de Vargas, não concordava com a inversão dos trabalhos que, a seu ver, significaria um aviltamento da Assembleia Constituinte. Depois de alguma discussão, chegou-se a uma fórmula conciliatória que preservava a ordem original. A elaboração do texto constitucional ocorreu em meio a um permanente conflito entre as propostas que enfatizavam o fortalecimento da autonomia e dos poderes estaduais, defendidas pela representação paulista e outras grandes bancadas, e a ampliação da centralização política e econômica em torno da União, defendida pelos elementos tenentistas presentes nas bancadas dos pequenos estados e apoiada pela maior parte dos deputados classistas. João Alberto se identificava com esse último bloco que, embora majoritário, fora obrigado a fazer diversas concessões aos defensores da descentralização. Assim, a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, apesar de mais centralizadora do que a de 1891, passou a ser considerada por alguns

setores como um empecilho à ação do governo federal. No dia seguinte, Vargas foi eleito presidente da República.

NO SERVIÇO DIPLOMÁTICO

Os mandatos dos constituintes foram estendidos até maio de 1935, data da posse dos deputados que seriam eleitos em outubro de 1934. Nessa ocasião João Alberto conquistou uma cadeira na Assembleia Constituinte de Pernambuco, reunida a partir de abril de 1935. Por essa época, a luta política ganhou novos rumos. A Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, experimentou notável crescimento, levando partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações a formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL) para lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Luís Carlos Prestes foi eleito em março de 1935 presidente de honra dessa entidade, e a seguir convidou muitos de seus antigos companheiros da Coluna e das rebeliões da década de 1920 a aderir ao movimento. Consultado, João Alberto respondeu em junho de 1935 que, embora concordasse com diversos pontos do programa e considerasse o governo federal desacreditado, não ingressaria na ANL porque precisava recuperar-se dos desgastes sofridos nos últimos 13 anos. Pouco depois, Prestes escreveu a André Trifino Correia, veterano das revoltas tenentistas da década de 1920, chamando João Alberto de traidor dos ideais de Siqueira Campos.

A ANL foi declarada ilegal pelo governo em julho de 1935 e, sob a influência dominante do PCB, definiu uma orientação insurrecional que conduziu à revolta de novembro do mesmo ano, rapidamente dominada. Luís Gonzaga Lins de Barros, irmão de João Alberto, foi uma das milhares de vítimas da onda de repressão subsequente, permanecendo preso até maio de 1937. O ex-interventor em São Paulo, no entanto, não foi atingido pelas perseguições.

Ainda em 1935, equiparado no serviço diplomático a ministro de primeira classe, João Alberto viajou para os Estados Unidos a fim de estudar as possibilidades de fomento das exportações de café. No ano seguinte, foi encarregado pelo presidente Vargas de inspecionar o funcionamento de consulados e serviços consulares das missões diplomáticas brasileiras na Europa. De volta ao Rio, trabalhou de janeiro a outubro de 1937 na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, sendo transferido, em fevereiro, para a reserva do Exército. Integrou também a Comissão de Eficiência do ministério até ser nomeado, no início de novembro, encarregado de negócios na Argentina em substituição ao embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva. Recém-chegado a Buenos Aires, ocorreu no Brasil o golpe militar que, sob a liderança do presidente Vargas, implantou o Estado Novo. Em fevereiro de 1938, João Alberto foi substituído pelo embaixador Luís Guimarães Filho e, nos dois meses seguintes, participou da chamada Missão Góis Monteiro, enviada à Argentina, Chile e Uruguai com o objetivo de garantir boas relações entre o novo regime brasileiro e os governos desses países.

Enviado para representar o Brasil na Liga das Nações, em Genebra, integrou os comitês financeiro e econômico da entidade até ser deslocado, em novembro de 1938, para Berna, também na Suíça, onde permaneceu até setembro de 1939, quando retornou ao Brasil para assumir a chefia da recém-criada Comissão de Defesa da Economia Nacional, encarregada

de levantar estoques de produtos básicos, fomentar exportações, controlar importações, propor acordos econômicos com governos estrangeiros e coordenar o transporte marítimo, tendo em vista a nova conjuntura mundial criada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Voltou a exercer missão diplomática no exterior entre abril de 1941 e julho de 1942, como embaixador no Canadá, o primeiro que o Brasil enviou àquele país.

NA COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

A entrada formal do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas sobre a economia, manifestadas desde a implantação do Estado Novo. As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar, em 28 de setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica, com atribuições mais amplas do que as de sua antecessora. João Alberto foi chamado para presidir o novo órgão, que passou a funcionar como um superministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Subordinada diretamente a Vargas e sediada no Rio de Janeiro, a Coordenação estava presente em todo o país através de escritórios regionais ou representantes, e possuía um conselho consultivo formado por João Neves da Fontoura, João Daudt d'Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Artur Neiva e Euvaldo Lodi, entre outros.

Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi coordenar o projeto, financiado pelo governo norte-americano, de fixar 50 mil homens na produção de borracha na região amazônica. Foi criado então o Serviço Especial de Migração de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mas, apesar dos esforços despendidos, o número de trabalhadores no setor não ultrapassou os 10.500 em 1943 devido à ausência de infraestrutura na região. Esse resultado levaria, em dezembro de 1943, à extinção do SEMTA e à criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, que conseguiria fixar até 1945 um total de 22 mil pessoas na produção local de borracha.

O início das atividades dos serviços de racionamento e de abastecimento da Coordenação, em maio de 1943, provocou o tabelamento do pão, açúcar e carne, gerando protestos dos produtores e a rápida formação de um significativo mercado negro. As indústrias de tecidos, aniagem, calçados e remédios foram submetidas a uma rigorosa regulamentação para garantir a produção de artigos populares de qualidade e preços inferiores. Apesar dessas medidas, a taxa de inflação passou de 12% em 1942 para 14,9% em 1943, com o aumento significativo nos preços do vestuário, combustível e assistência médica.

Com o objetivo de conhecer novas riquezas naturais e fixar brasileiros em territórios não habitados das regiões Centro-Oeste e Norte, João Alberto organizou uma grande expedição, conhecida como Roncador-Xingu, que partiu em junho de 1943, fundou as cidades de Aragarças (GO) e Xavantina (MT) e deu origem, em novembro, à Fundação Brasil Central, também presidida por ele. Sua gestão à frente deste órgão seria duramente criticada por Carlos Teles no livro *Retrato de João Alberto e de uma época*, publicado em 1946.

Durante o ano de 1944, as vitórias aliadas na guerra e o avanço das pressões pela redemocratização brasileira enfraqueceram o Estado Novo e começaram a influir sobre o

posicionamento de personalidades ligadas ao regime. No início de agosto, a polícia impediu a realização da cerimônia de posse de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, na vice-presidência da Sociedade Amigos da América, entidade civil de oposição ao Estado Novo. Osvaldo Aranha pediu demissão de seu cargo, sendo imediatamente acompanhado por João Alberto, que também começava a adotar uma postura liberal.

Num esforço de aproximação com setores militares descontentes, liderados pelo general Góis Monteiro, Vargas nomeou João Alberto para a chefia de Polícia do Distrito Federal (o recém-criado Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP) em 9 de março de 1945, quando o esgotamento do Estado Novo já era nítido e o processo de transição estava configurado. Cinco dias depois, em entrevista ao *Correio da Manhã*, João Alberto anunciou a quebra de incomunicabilidade do líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde 1936, e afirmou que sua libertação não constituía ameaça à ordem pública. Com a concessão da anistia em 18 de abril, fez questão de conduzir seu antigo comandante na Coluna até a porta da prisão, onde a imprensa o aguardava.

O nome de João Alberto chegou a ser cogitado em uma conversa entre Vargas e Cordeiro de Farias como uma alternativa para promover a conciliação entre as diversas correntes que se preparavam para concorrer à presidência da República, polarizadas principalmente em torno das candidaturas do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, a luta política não caminhou em direção ao consenso. Como resposta ao crescimento da oposição liberal, os comunistas e o recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) passaram a apoiar o chamado “movimento queremista”, que pedia a convocação de uma assembleia nacional constituinte com Vargas no poder. Em 12 de agosto, João Alberto proibiu a realização de novos comícios queremistas, mas sua ordem foi desobedecida por uma grande multidão três dias depois. No dia 16, os generais Góis Monteiro, Odílio Denis, Newton Estillac Leal, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, os coronéis Tasso de Oliveira Tinoco e Nélon de Melo, os tenentes-coronéis Jurandir de Bizarria Mamede e Landri Sales Gonçalves e outros oficiais reuniram-se na casa de João Alberto para discutir a ameaça representada pelo queremismo. No dia 3 de outubro, uma manifestação de mais de cem mil pessoas dirigiu-se até o palácio da Guanabara, residência oficial do presidente da República, onde Vargas discursou reiterando que não seria candidato.

Entretanto, a intensa mobilização de apoio a Vargas e seu decreto de 10 de outubro, antecipando as eleições estaduais para 2 de dezembro seguinte, provocaram forte suspeita na oposição sobre a possibilidade de manobras continuístas por parte do chefe do governo. João Alberto proibiu novos comícios e Góis Monteiro, ministro da Guerra, garantiu publicamente a realização das eleições, mas a intranquilidade permaneceu.

Na manhã de 29 de outubro, João Alberto comunicou a Góis Monteiro que assumiria a prefeitura do Distrito Federal em lugar de Henrique Dodsworth, deslocado para a embaixada em Lisboa, cabendo a Benjamim Vargas, irmão de Getúlio e simpático aos queremistas, a chefia da Polícia. Embora soubesse desse remanejamento desde o dia 25 e possuísse um pacto de comunicação imediata desse tipo de notícia com o ministro da Guerra, João Alberto justificou sua demora alegando que fora expressamente proibido por Vargas de vazar a informação. Por volta das 11 horas, Góis Monteiro alertou todos os comandantes de regiões militares sobre sua iminente renúncia em protesto contra as

mudanças, oficialmente comunicadas por João Alberto e Benjamim Vargas às 14 horas. Horas depois, os chefes das três armas decidiram depor o presidente, fato concretizado na madrugada do dia 30, quando Getúlio, pressionado, renunciou e deixou com João Alberto um breve manifesto ao povo brasileiro. Ainda como chefe de Polícia, João Alberto acompanhou na manhã de 31 de outubro o presidente deposto até seu embarque no avião que o levaria ao Rio Grande do Sul.

Afastado da chefia de Polícia, João Alberto ingressou no Partido Social Democrático (PSD) e apoiou a eleição do general Dutra para a presidência da República no dia 2 de dezembro de 1945, tornando-se em seguida ferrenho partidário de seu governo, iniciado em 31 de janeiro de 1946. Em fevereiro, foi nomeado presidente do Conselho de Imigração e Colonização. Eleito vereador no Distrito Federal na legenda do PTB em 1947, chegou a exercer a presidência da Câmara Municipal até renunciar ao mandato para organizar uma expedição à ilha de Trindade, no litoral do Espírito Santo. Em 1949, ficou à disposição da secretaria da Presidência da República.

Com o início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas em janeiro de 1951, João Alberto voltou a ocupar cargos técnicos na administração federal e a realizar missões no exterior. Nomeado inicialmente para a Comissão Nacional de Assistência Técnica, passou a chefiar em 1952 o Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, órgão que representou na missão econômica brasileira então enviada à Europa e na Comissão de Desenvolvimento Industrial. Em 1953, chefiou a delegação enviada à Alemanha para negociar a renovação de acordos comerciais e de pagamento, seguindo depois para Genebra a fim de representar o Brasil na VIII Reunião do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e coordenar missões brasileiras que atuavam junto a organismos internacionais ali sediados. No ano seguinte, retornou a Genebra para chefiar novamente a delegação brasileira à reunião anual do GATT.

João Alberto foi presidente da companhia Transcontinental de aviação, diretor-superintendente da Rádio Mayrink Veiga, fundador e primeiro presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Participou também da criação da Fundação Getúlio Vargas. Pioneiro em histórias em quadrinhos, além disso foi músico e compositor, chegando a tocar cítara, piano e violoncelo e a ocupar a presidência da Orquestra Sinfônica Brasileira. Entre as peças de sua autoria, destaca-se o *Hino ao Brasil Central*, considerado muito harmônico por Heitor Vila-Lobos. Foi ainda um dos fundadores do Clube Carnavalesco Bola Preta.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1955, quando estava preparando o segundo volume de suas *Memórias de um revolucionário*, cuja primeira parte, intitulada *A marcha da Coluna*, foi publicada em 1954 e logo depois editada também sob a forma de história em quadrinhos.

Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Jorge Miguel Mayer

FONTES:

ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. CASTELO BRANCO; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BARROS, J. *Memórias*; BELLO, J. *História*; BOMENY, H. *Estratégia*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (16/11/30); CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, L. *General*; *Cronologia da Assembléia*; *Encic. Mirador*; FAUSTO, B. *Revolução*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEVINE, R. *Vargas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1942); MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935;; TAVARES, J. *Radicalização*; TÁVORA, J. *Vida*; TELES, C. *Retrato*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).